



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2025

Altera a Lei Municipal nº 2.249, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre-SAAE, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Esta Lei Complementar Altera a Lei Municipal nº 2.249, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre-SAAE, a fim de criar o cargo comissionado de Assessor Técnico de Saneamento e as funções gratificadas de Agente de Contratação, Agente de Apoio e Membro da Comissão de Contratação.

Art. 2º. Fica criado o cargo comissionado de Assessor Técnico de Saneamento integrando o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, e as funções gratificadas de Agente de Contratação, Agente de Apoio, e Membro da Comissão de Contratação integrando o Quadro de Funções de Confiança constante da Lei Municipal nº 2.249, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre-SAAE.

Art. 3º. Fica alterado no artigo 6º e artigo 27, §2º, da Lei Municipal 2.249/95, a nomenclatura da função de confiança de Chefe da Unidade de Apoio à Diretoria para Assessor Técnico.

Art. 4º. Para efeito de regularidade do disposto no art. 1º desta lei, os Anexos constantes da Lei Municipal nº 2.249/1995 passam a vigorar com as seguintes alterações:

- I - O Anexo I da Lei Municipal nº 2.249/1995 passa a vigorar conforme o Anexo I desta Lei Complementar;
- II - O Anexo III da Lei Municipal nº 2.249/1995 passa a vigorar conforme o Anexo II desta Lei Complementar;
- III - O Anexo IV da Lei Municipal nº 2.249/1995 passa a vigorar conforme o Anexo III desta Lei Complementar.



PREFEITURA DE
ALEGRE
www.alegre.es.gov.br



Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder, se necessário, a suplementação de recursos, a abertura de crédito especial, assim como alterações nas leis relativas aos instrumentos de planejamento governamental.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alegre/ES, 07 de julho de 2025.


NEMROD EMERICK (NIRRÔ)
Prefeito Municipal de Alegre